



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12-04-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Bom dia a todos.

Com a presença dos Srs. Vereadores André Santos, Manoel Del Rio e Hélio Rodrigues e na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública semipresencial de 2023, convocada para hoje, dia 12 de abril de 2023, tendo como pauta o PL 127/2023, do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão do seu artigo 4º, com o tema UBS e Hospitais.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/ e nos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 10 de abril e, também, foi publicada em jornais de grande circulação no dia 11 de abril.

As inscrições para participação *on-line* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 10 de abril de 2023 e, ao público presente que quiser participar. Basta se inscrever diretamente com a assessoria da Comissão e cada orador terá até três minutos para se pronunciar.

Foram convidadas a participar desta audiência a Secretaria Municipal de Saúde e a de Urbanismo e Licenciamento, o Conselho Municipal de Saúde, a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo – Sindsep e a Aliança Pró-Saúde da População Negra.

Ressalto a importância de haver manifestação apenas quando cedida a palavra e peço a todos os membros e participantes que não deixem o microfone ligado enquanto outros oradores estiverem fazendo uso da palavra.

Ficou acordado na Comissão de Saúde que cada uma das cinco audiências públicas desta comissão será conduzida por um partido. A primeira será conduzida pelos Srs. Vereadores

Manoel Del Rio e Hélio Rodrigues, do PT.

Passo agora, portanto, a presidência dos trabalhos ao Vereador Manoel Del Rio.

- Assume a presidência o Sr. Manoel Del Rio.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Bom dia a todos e todas.

Dando continuidade à audiência, gostaria de convidar para compor a Mesa as representantes da Secretaria Municipal de Saúde, Dra. Marilande Marcolin e Dra. Sandra Sabino Fonseca. (Pausa) Ambas estão ausentes.

Convido o representante da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. (Pausa)

O SR. GUILHERME ISERI DE BRITO – Bom dia.

Eu sou o representante da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e estou *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Convido o representante do Conselho Municipal de Saúde. (Pausa) Está ausente.

Convido o representante da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. (Pausa) Está ausente.

Convido o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, Sindsep, está por aqui? Não está *on-line* também? Não.

Gostaria de chamar para compor a Mesa o Sr. Seiti Takahama, que é do Grito Continental, uma organização que tem vínculo com o trabalho da saúde.

Gostaria de fazer algumas observações e apontamentos. A ideia de discutir o Plano Diretor é ver o contexto no qual a saúde se encaixa no Plano Diretor. A saúde sofre impacto das diversas situações que o município vive. Os desequilíbrios sociais acabam caindo na saúde. O desemprego impacta na saúde.

A Flávia, do Sindsep, está aí. Pode vir compor a Mesa, Flávia.

Há um conjunto de desequilíbrios sociais que podem ser resolvidos e não impactar na saúde, mas se ele persiste, impacta na saúde. A questão do desemprego, do salário baixo,

da moradia – se mora em área de risco, se mora próximo ao esgoto, não tem saneamento básico – também impactam na saúde. Se a pessoa tem um trabalho estressante, também impacta na saúde. Se a pessoa sofre nos transportes, também impacta na saúde. Se a pessoa mora em local poluído que tem problemas com o meio ambiente, também impacta na saúde. Se a pessoa passa fome, também impacta na saúde. Tudo recai na saúde. Se você tem um surto de dengue ou coisa parecida, impacta na saúde. Então, temos situações que impactam na saúde.

Queria deixar duas reflexões para fazermos o trabalho de hoje para que as intervenções das pessoas pudessem trazer contribuições nessa linha: como incluir a saúde no planejamento urbano e territorial? De que modo podemos incluir a saúde no Plano Diretor pegando o planejamento urbano e territorial? Como integrar a saúde ao planejamento urbano e territorial? Vamos tentar focalizar nesses aspectos para tirarmos as diretrizes.

A Organização Mundial da Saúde aponta algumas diretrizes como importantes para o Plano de Desenvolvimento Sustentável. Listei 10 itens apontados pela Organização Mundial da Saúde. Um deles, no Plano Diretor, é muito importante ter Zonas Especiais de Interesse Social, ou seja, terrenos, prédios, ou mesmo um território que deve servir para primeiro, acolher a população que está morando em situações de risco, ou morando próximo a esgotos, ou longe de condução e de comércio.

Então, ter zonas especiais que assegurem a moradia para as pessoas de menor renda para que possam morar na cidade. Morar na cidade tem os custos urbanos e acaba retirando a população de baixa renda para zonas afastadas e que, às vezes, são regiões insalubres. Então, manter as Zonas Especiais de Interesse Social nas regiões urbanizadas. E, também, nessas Zonas de Interesse Social, caso a região tenha carência de equipamento de saúde, reservar espaços para esses equipamentos de saúde nessas regiões.

A segunda diretriz que o Relatório da ONU aponta é que o município tem de contemplar no seu Plano Diretor uma diretriz da erradicação da pobreza. Claro, a questão da pobreza impacta também na saúde. Outra diretriz é disponibilizar água potável para a população. Outra diretriz é o saneamento básico, onde não há saneamento básico as questões de saúde se

agravam. Outra diretriz é ampliar as áreas verdes e proteger o meio ambiente. A oitava diretriz, a efetivação e proteção dos direitos humanos, onde os direitos humanos estão sendo violados é evidente que também impacta na saúde de um modo geral.

Outra diretriz, que é uma experiência nossa, a importância da participação da comunidade, dos conselheiros da saúde na gestão do serviço de saúde em cada região.

E, finalmente, outra diretriz é a destinação social para as terras e prédios abandonados. Então, a cidade não pode se dar ao luxo, especialmente a cidade consolidada, de ter prédios vazios, abandonados, ou terras abandonadas.

Em uma ocasião visitei uma região da Inglaterra, e tinha um quarteirão com vários sobrados vazios. A população se reuniu e obrigou o Poder Público a dar uma destinação para aqueles imóveis vazios. Aqui, observamos o contrário, quando os sem teto ocupam um imóvel vazio, a população se volta contra os sem teto.

Mas, por que o imóvel vazio? A questão da dengue em São Paulo. Todos sabem que dengue é um problema de saúde pública. E onde se prolifera a dengue? Nos prédios e terrenos abandonados. Uma reportagem, na Lapa, localizou que a dengue estava nos casarões abandonados. Ou o pombo também. O pombo é um disseminador de doenças e também se prolifera nos prédios e terras abandonadas. Ou o caso do rato, a barata.

Então, nós tínhamos que ter como uma diretriz incisiva de destinação das terras e prédios abandonados, o município não tem como conviver com isso. Nós temos, no Centro, prédio que está há 17 anos fechado e quando você vai lá na cobertura você vê a caixa d'água cheia de dengue, a laje com água acumulada cheia de dengue, sem contar os ratos, as baratas e os pombos que se proliferam ali.

Portanto, eu levantei essas diretrizes da ONU e queria acrescentar que nós temos visitado muitos equipamentos de saúde e realmente São Paulo tem uma estrutura de saúde forte, robusta, embora tenha alguns vazios ainda que vocês verão naquele mapa. É evidente que em algumas regiões falta uma UBS, falta uma UPA, ou até mesmo um hospital. De qualquer modo, São Paulo, a Prefeitura de São Paulo, tem uma estrutura robusta de saúde.

Qual é o problema que temos localizado nessa estrutura de saúde? Superlotação, falta de profissionais, falta de manutenção, falta de equipamento, falta de remédios e insumos em geral.

Os profissionais de RH da saúde falam que, para você abrir concurso e recolocar uma pessoa que sai, que aposenta, por exemplo, demora meses. Por isso, estamos sugerindo para o Plano Diretor pensar um emergencial para resolver essas questões de RH e problemas na saúde. Enquanto o concurso público não sair, fazer um emergencial para cobrir essas lacunas, porque com essas lacunas muitas pessoas morrem, perdem a vida, nesse período de lacuna. Em seguida, imediatamente, abrir concurso público para preencher as vagas existentes, e repor, de forma emergencial também, os equipamentos, os remédios e os insumos em geral.

Essa estrutura robusta pode melhorar se conseguirmos convencer todos, de modo que o Plano Diretor aponte essa diretriz para somar com a do Governo Federal, somar com a do Governo Estadual, e superarmos esses desafios que a saúde está enfrentando.

Agora, eu vou passar a palavra para o Presidente da Comissão, que não pode continuar nesta audiência por conta de outro compromisso.

E quero registrar a presença do Vereador João Ananias, que já compõe a Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador André Santos, Presidente desta Comissão.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado, Presidente. Primeiro, quero parabenizar os presentes, porque a minha sempre reclamação era por que a população não vem à Câmara para discutir os seus problemas do dia a dia. Então, a vinda de vocês é muito importante, porque vocês vivem o dia a dia, a realidade, principalmente no que diz respeito à área da saúde.

E não pensem que, chegando aqui e se pronunciando a fala de vocês fica vazia. Toda palavra é uma semente. E quando você fala de algo que realmente é a dor também de outras pessoas, aquilo vai trazendo fortalecimento.

Esse foi um dos direcionamentos que nos levou a combinar entre os Vereadores que cada Vereador que compõe a nossa comissão pudesse presidir, não somente o presidente da comissão, para que todos tivessem a oportunidade de falar – tanto aqueles que se colocam como

de direita, aqueles que se colocam como de esquerda, como aqueles que se colocam no centro –, para todos serem ouvidos, e, assim, termos condições de criar um texto para o Plano Diretor que seja o mais ajustado possível.

Em relação à saúde, levantamos a Constituição de 1988, onde o art. 196 diz o seguinte: “A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Com base nisso, quero deixar uma pergunta para aqueles são integrantes da Secretaria Municipal de Saúde: quais são as metas de expansão e qualificação das unidades básica de saúde no Município, unidades de vigilância em saúde, unidades de urgência e emergência, centros especializados, ambulatórios e hospitais?

Sabemos que tanto a questão da expansão é importante quanto também a reestruturação.

Falemos dos automóveis: há 50 anos, a necessidade de estruturação da cidade, com a quantidade de automóveis que tínhamos na cidade era uma, e foi criada toda uma estrutura com base na realidade daquela época. Passaram-se 50 anos, e muita coisa que, há 50 anos, atendia, hoje já não atende mais. Daí é preciso fazer a reformulação. E essa é a minha preocupação.

Eu gostaria que a equipe da Secretaria da Saúde pudesse nos trazer essa resposta, porque, de fato, é muito importante.

Desejo a todos que participarão das audiências públicas, de cada partido, uma grande audiência pública. E que possamos cumprir o nosso papel: representar bem a nossa população, representar bem a nossa cidade. E trabalhar de forma justa.

Às vezes, pontuar um problema não quer dizer que se esteja sendo injusto; mas, quando se pontua um problema que é legal, significa dizer que precisamos resolver esse problema. E pontuar o que é positivo também é ser justo. Fala-se do positivo quando algo positivo aconteceu, e, na mesma proporção, deve-se apontar os problemas, porque o nosso interesse é

melhorar a condição de vida da nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Vamos passar a palavra a duas pessoas que estão no virtual, e, depois, a alguém da mesa.

Tem a palavra o Sr. Guilherme de Brito, da Planurb.

Guilherme, temos mais de dez pessoas inscritas, então vamos te dar cinco minutos.

Tudo bem? Se precisar de mais, você estica, mas nós estamos com uma limitação de tempo.

O SR. GUILHERME DE BRITO – Okay.

Eu tenho uma apresentação.

Posso tentar compartilhá-la? É o que temos realizado nas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Sim, por favor.

O SR. GUILHERME DE BRITO – Eu vou fazer uma apresentação mais rápida, por causa do limite de tempo.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade de poder apresentar o projeto de lei do Executivo.

Eu vou tentar fazer um recorte mais específico para o tema de hoje, que é a saúde.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. GUILHERME DE BRITO – Entrando direto na apresentação, a revisão intermediária do Plano Diretor visou o aprimoramento do plano com a realização de ajustes em dispositivos para que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029.

É importante ressaltar, também, que essas diretrizes e objetivos estratégicos estabelecidos em 2014 contemplam muitas falas de hoje, principalmente, sobre os objetivos da UBS, muitos deles já estão contemplados como objetivos e diretrizes do próprio plano.

Essa revisão, então, ocorreu de forma participativa em três etapas sucessivas, possibilitando o aprofundamento das análises técnicas.

Essa é uma linha do tempo. Vou passar rapidamente por ela, mas se inicia com o monitoramento e o diagnóstico do Plano Diretor. O diagnóstico foi um documento publicado pela Secretaria em abril de 2022 e serviu como base para a etapa 1 da revisão. A gente teve três canais de participação que culminaram no escopo da revisão que foi o documento base para a etapa 2 que começou em setembro de 2022; em setembro de 2022, a gente ampliou os canais de participação, continuando com Participe Mais, agora com formulários online, formulários físicos nas praças de atendimento das Subprefeituras, reunião com os diversos conselhos municipais, uma agenda indígena e um seminário presencial, que culminaram na minuta do projeto de lei que ficou disponível para discussões durante a etapa 3, em janeiro de 2023 até março deste ano, em que foi enviado o projeto de lei para a Câmara.

Aqui são alguns números do processo participativo: foram vinte atividades, incluindo consulta pública em meio eletrônico; três audiências públicas presenciais; debates em 16 conselhos municipais, incluindo o conselho municipal de saúde, que totalizaram 4.388 contribuições sistematizadas pela área técnica.

Como a minuta estava disponível, são alguns dos artigos da minuta que tiveram mais comentários, então, os principais temas foram as áreas não computáveis, a cota de solidariedade; as contribuições também foram classificadas por subtemas. Esses são os principais subtemas que apareceram: áreas verdes e quadra 7, os eixos de estruturação da transformação urbana, o sistema municipal de planejamento em instâncias de participação social e os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, os PIUs e as Operações Urbanas.

Então, o projeto de lei da revisão intermediária é resultado dessa combinação das contribuições da população, com uma avaliação técnica e jurídica pelas equipes de SMUL com uma interlocução com os demais setores da Administração Pública Municipal. Ela possui 75 artigos e é dividida em 12 capítulos. O gráfico, à direita, só ilustra, mais ou menos, como o processo participativo e o trabalho técnico jurídico foram possibilitando a gente adensar todas as contribuições em uma proposta no final.

Este é o último *slide* que eu tenho sobre o principal tema que já consta do Plano

Diretor que é o desenvolvimento social e sistema de equipamentos urbanos sociais que é o tema mais relacionado com a área da saúde, porém, alguns dos comentários que já foram feitos hoje estão em outras áreas do Plano Diretor.

Então, para esse tema, o que o PL propõe? A inclusão dos indígenas dentre os grupos de proteção integral prioritários e a inclusão de ações prioritárias do sistema de equipamentos urbanos sociais que vai incluir a elaboração de planos setoriais, abrangendo atendimento especializado em saúde e educação indígena e acréscimo do plano de educação ambiental.

A ideia da saúde e educação indígena é exatamente procurar esses territórios, que contêm muitos indígenas não aldeados e olhar para esses territórios com o cuidado necessário para prover a saúde e a educação específica necessária.

A ampliação da rede de Centros de Referência Especializado de Assistência Social, os CREASs; a implantação dos núcleos olímpicos regionais; das Casas de Agricultura Ecológica, as CAEs; e das Escolas de Agroecologia; e a ampliação da oferta de hortas urbanas em áreas públicas.

É isso. Eu trouxe um recorte bem específico, porque sabia que o tempo seria curto.

Quero agradecer novamente a oportunidade à Câmara. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado, Guilherme Brito, pela contribuição.

Vou passar a palavra à Sandra Sabino, da Secretaria da Saúde, que está virtualmente. Sandra, nós encurtamos o tempo, porque tem mais de 15 pessoas inscritas. Por isso você tem cinco minutos, se puder, para fazer a sua explanação.

Vamos ouvir a Sandra. Sandra, pode falar. Ela está falando, mas nós não estamos ouvindo. Estão ajustando, a tecnologia tem dessas coisas. Enquanto ela ajusta o equipamento, vamos passar a palavra para os demais inscritos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Da Secretaria da Saúde, nós estamos

tentando ajustar. Ela está com o microfone fechado, mas vamos chamar outras pessoas. Tem alguém da Universidade Federal de São Paulo? (Pausa) Não.

Vamos abrir a palavra para a Flávia, enquanto a Sandra ajusta o seu equipamento para entrar na nossa reunião. Sandra, nós vamos passar a palavra para outra pessoa, você ajusta o seu equipamento e, em seguida, você entra.

Vamos ouvir a Flávia, do Sindsep.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIÇÃO – Bom dia a todos e todas.

Eu sou Flávia, trabalhadora da Saúde, a primeira coisa que sou, há 28 anos trabalhando na Saúde. Estou na direção do Sindsep, à frente da pasta dos trabalhadores da Saúde, e também sou conselheira municipal, na representação dos trabalhadores.

Eu fico muito satisfeita de ver tanta gente aqui. Esse espaço é da população. A gente tem que estar aqui. A gente tem que ajudar nos debates. Então é muito importante ver esta Casa, tinha que estar mais lotada, mas a gente vê o tanto de gente que está aqui e é muito importante para a gente abrir os debates. Quero parabenizar os Vereadores, todo mundo que se envolveu na elaboração desta audiência.

Eu vou falar de um lugar, que é dos trabalhadores. A gente viu aqui um mapa e a gente detecta que a cidade de São Paulo tem uma rede SUS robusta, mas não tem unidade de saúde, hospital ou atenção básica que funcione, com equipamento moderno sem trabalhador, sem mão de obra. É a mão de obra que é o pulsar de toda a unidade. (Palmas) É a mão de obra que faz acontecer o SUS. É a mão de obra diária, cotidiana que executa toda a política do SUS.

Então eu vou falar a partir dessa mão de obra que hoje está adoecida, precarizada, existindo uma injustiça com ela. Há reconhecimento na mídia, mas a gente não consegue observar isso no dia a dia. O que nos impossibilita de prestar um atendimento com qualidade.

A gente fala sobre esses dois tipos de mão de obra que estão hoje dentro dos nossos equipamentos no município de São Paulo: a mão de obra da Administração Direta, que é mais antiga, que esteve aí na pandemia e a mão de obra que é hoje a grande maioria, principalmente, na atenção básica, que é a terceirizada, extremamente precarizada.

Hoje soubemos que os seguranças do Hospital Saboia paralisaram os serviços ontem porque não receberam os seus salários. Essa é a realidade da mão de obra terceirizada.

O município de São Paulo tem comprometimento com a agenda de 2030. Um dos itens é a garantia do trabalho decente. Hoje, nós vimos reivindicar da Prefeitura do Município de São Paulo e da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo o vínculo decente também, porque os vínculos também estão precarizados.

A gente vem reivindicar que todo trabalhador dentro da Prefeitura tenha direito a um vínculo decente e dignidade para executar suas tarefas cotidianas. Senão não tem saúde, não existe SUS de qualidade se a gente não discutir as condições de trabalho tanto da Administração Direta quanto dos terceirizados.

Outra coisa é que não há política de prevenção da saúde desses trabalhadores. No pós-pandemia o fato é que há trabalhadores suportando solitariamente as consequências da Covid-19, as jornadas exaustivas, e lidar com a expectativa do usuário que entra nas unidades e tem direito ao atendimento digno, apesar de que hoje há muitas reformas de unidades.

Nós dizemos também que é preciso olhar a qualidade das reformas que estão sendo feitas e também olhar para esse contingente de trabalhadores, porque eles precisam de qualidade e de cuidados para executar a política de SUS, coisa que infelizmente a gente não consegue. Isso às vezes resulta em não atendimento de qualidade, mas quem faz essa gestão não são os trabalhadores do dia a dia, mas sim esta Casa, a Secretaria Municipal de Saúde e o Prefeito.

A gente também quer sugerir, Vereadores, que não se discuta só a estrutura, mas a qualidade do serviço prestado por essa estrutura e as condições (Palmas) que dispõem quem entrega esse serviço para poder executar uma política do SUS de qualidade. Para tanto é necessário pensar no conjunto de trabalhadores.

Eu entendo que o senhor falou que a gente pode ter contratos emergenciais, acho que isso precisa ser discutido, a gente pode ir além dos contratos emergenciais. Mas é preciso concurso público para recompor essa mão de obra. É inaceitável que a maior Prefeitura do Brasil

alije do processo de concursos públicos quem é do ensino básico. Isso não é aceitável. O pessoal do ensino básico que prestou concurso é um contingente enorme de trabalhadores, que merece acessar as vagas públicas através dos concursos públicos.

Hoje, a realidade é que se fez uma vacância para o ensino básico, não permitindo que essas pessoas acessem a possibilidade de ser um servidor público.

É importante fazer toda essa discussão com o Plano Diretor, mas também é importante que na discussão haja espaço sério e qualificado para discutirmos RH e mão de obra dentro dos serviços de saúde no município de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Acho que a Sra. Sandra, da Secretaria de Saúde, já reposicionou seu áudio e pode entrar. Vamos lá, Sra. Sandra? (Pausa) Não estamos ouvindo. Acho que vamos ter de passar, até que reorganize o seu áudio.

Vou passar para o Sr. Seiti Takahama, que está à Mesa e é do Grito Continental. Terá alguns minutos.

Eu quero só mencionar uma questão: abrimos inscrições ali e acho que já se inscreveram mais de 10 pessoas. Já há 20 e há mais 10 no virtual. Então, nós precisamos encerrar essas inscrições, porque, senão, não teremos tempo de abrir para todo mundo. A nossa audiência vai até as 13h, religiosamente. Ok?

Então, vamos ouvir o Sr. Seiti.

O SR. SEITI TAKAHAMA – A Martinha não sabe como se inscrever. Alguém pode inscrevê-la, por gentileza? Então, já estão se inscrevendo.

Bom dia a todos, a todas e a todes. Vou cumprimentar a Mesa no nome dos Vereadores Manoel Del Rio e Hélio Rodrigues. Obrigado pelo convite.

Quero iniciar falando aos nobres Vereadores que o Conselho Municipal de Saúde rejeitou cinco documentos que a Câmara deveria avaliar por falta de planejamento em todas essas execuções. Então, quando se fala de planejamento, do PPA, há uma necessidade de rever os documentos, pois o próprio conselho manifesta claramente a rejeição desses documentos.

Por que esses documentos de gestão foram reprovados pelo conselho? Seria importante a própria Comissão de Saúde ter o olhar para o porquê da reprovação dos documentos de gestão. É fundamental entendermos isso e nos aliarmos. O conselho faz uma denúncia porque as coisas estão mal planejadas, mal organizadas, mal ordenadas.

A Flávia menciona a questão do funcionalismo e é fundamental, também. Então, há todo esse desmonte dado, das subs. Até hoje, no período noturno, nós não temos vigilância noturna. Há uma série de denúncias, uma série de rejeições dos próprios documentos fundamentados. Foi dito que se deveria rever isso. Então, quando nós falamos de planejamento, nós temos de rever o que está errado, onde deve ser acertado e replanejado. É fundamental falarmos isso.

Falando isso, passamos, já, pela atenção básica. Ela tem um represamento enorme sobre a questão da fila de espera. Se nós entendermos a própria ginecologia, está com a média de quase 120 dias na fila de espera na atenção básica, na atenção primária. Se olharmos a questão da pediatria, também estamos em termos de cem a 90 dias. Então, nós temos uma realidade que não é correta e nós precisamos replanejar melhor, reestruturar essa própria estrutura, avaliar os pontos críticos, os nós críticos, para que a saúde possa realmente funcionar.

Nós temos um dinheiro enorme e ele é muito mal planejado e muito mal ordenado, como temos acompanhado no próprio orçamento. Então, é fundamental olharmos e, se nós olharmos a questão regulada, na regulação, de um modo geral, ou quem está na fila de espera, nós temos mais de 600 mil pessoas na fila de espera. Há esse fluxo. Ontem, mesmo, um amigo nosso recebeu um telefonema dizendo que uma pessoa estava recebendo autorização de 12 fisioterapias e que havia quatro anos. Essa pessoa já havia falecido e estava na lista de espera. Então, essa demora é muito grande, para ser atendido.

Por outro lado, se nós olharmos a questão da odontologia, a prótese, de modo geral, é a base de um ano e meio. E tem gente na fila de espera há mais de sete anos. Então temos que olhar melhor e replanejar essa própria estrutura da saúde. Ela não pode ser maquiada. Tem de ter a participação e se ouvir a população. Esse espaço é para ouvir a população e trazer a

própria demanda do que está acontecendo na ponta, na base, de um modo geral.

E se nós olharmos um pouco mais a questão da urgência – eu trouxe uma proposta, deixei aqui para vocês olharem e observarem – ela fere todo o processo dos direitos humanos, tanto na atenção básica, na média e na alta complexidade. Temos de olhar melhor esse atendimento, esse procedimento, de como é feito. Temos de replanejar de forma humanizada esse atendimento do SUS. Então, nós trazemos toda essa demanda, no modo geral, para que possamos atender.

Para que possamos fazer uma coisa bem transparente e clara, como aqui é a Casa de Leis, a Casa em que podemos trabalhar de forma compartilhada, gostaria de propor que se fizesse um projeto de lei - temos até um pequeno esboço aqui para podermos trabalhar -, em que a regulação fosse transparente no município. Que colocássemos uma lei de forma transparente para que soubéssemos onde é que estão na fila de espera, para que isso não seja maquiado, seja claro e transparente; e que as pessoas saibam exatamente em que momento ele vai ter esse acesso à saúde, ao tratamento de forma humanizada.

Então, trago esses detalhes para podermos trabalhar esses pontos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado.

Passo a palavra à Sra. Sandra Sabino Fonseca, da Secretaria da Saúde.

A SRA. SANDRA SABINO FONSECA – Gostaria de agradecer a oportunidade de estar com os senhores. Estou representando o nosso Secretário da Saúde, Dr. Zamarco.

Dizer que estamos sempre abertos para discutir os temas da saúde, que são muito caros para nós. Nós estamos sempre com a rede em expansão. Já expandimos 10 hospitais, tínhamos três UPAS, hoje temos 23 e vamos ter mais 15. Só ano passado nós entregamos mais seis CAPS.

Então a rede vai se modulando à necessidade da população. Sabemos que as necessidades são muitas, temos uma cidade do tamanho de um país. Mas estamos muito satisfeitos em poder colaborar e estar junto com a população nesse evento, com os nobres

vereadores, para que possamos colaborar e atender as expectativas da população.

Era isso. Meu agradecimento e estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Sra. Sandra.

Gostaria de saber se há alguém mais da nossa lista de convidado. Aliança Pró-Saúde da População Negra. (Pausa) Ausente.

Com a palavra o Vereador João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS (PT) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar meu companheiro Manoel Del Rio e demais presentes.

Estamos falando de saúde e quando falamos de saúde, falamos de melhorias, qualidade de vida, menos gasto com a população no dia a dia. Hoje em dia ir em posto de saúde é um trauma muito grande. Visito alguns postos de saúde e nos deparamos com gerente de UBS que não quer receber você. Achamos isso estranho, porque quando você é Vereador – sou advogado – eu, como advogado e vereador, se chego na UBS sou tratado como ninguém, imagino os usuários. Podemos perceber que é um tratamento desigual, até porque saúde pública faz parte, na verdade, eu diria que economia financeira para o município é quando você trata bem o seu povo. E você verifica, por exemplo - vamos tratar aqui hoje - estamos discutindo a cidade de São Paulo, vão ter duas leis muito importantes, que é o Plano Diretor e o Fundurb.

Quando você tira 30% do Fundurb para investir em asfalto, você não vai investir na comunidade. Então você percebe que a qualidade de vida daquele povo vai diminuir, a gente tira, na verdade, a autonomia da Covisa. Está se dispensando o pessoal da Covisa, que é o pessoal que vai acompanhar como está a nossa comida do dia a dia, nos restaurantes, nos bares. Se a gente tirar isso, aquela população quando for se alimentar naqueles locais, terá problemas de saúde.

Vocês percebem que tudo tem relação com a saúde: o transporte público tem problema com a saúde, mas, claro, os profissionais da saúde são muito importantes e precisamos defender que seja uma saúde de qualidade. Para ter saúde de qualidade precisamos

ter profissionais que atendam bem nos postos de saúde e que haja estrutura. Sem estrutura ninguém trabalha. Hoje em dia, trabalhar, por exemplo, você trabalha... Vou dar o meu exemplo: eu, como advogado, passo o dia todo às vezes trabalhando. Às vezes chego em casa estou com problema de saúde porque você não está bem, nós não temos estrutura. Até vou falar para vocês, no Judiciário, hoje em dia, os profissionais tratam a gente mal, até na parte judiciária.

Então percebam o seguinte: nós precisamos tratar bem nossos profissionais e quando a gente percebe que a nossa secretária - ela acabou de falar, a Sandra, é Sandra Sabino -, foi uma fala inócua. Na verdade, a gente precisa de um respaldo mais amplo e eu tenho certeza de que vocês estão bem ocupados. Aqui há dois companheiros: o Hélio Rodrigues e o Manoel Del Rio, que estão muito bem aqui para defender vocês, estão bem amparados, tem uma estrutura, tem pessoas que estão por trás ajudando.

E acho que a Bancada do PT está aqui para defender a saúde pública de qualidade, até porque o Presidente Lula fez 100 dias agora e mandou muitos recursos para a saúde. A gente vai voltar a ter um SUS de qualidade. Voltou o Mais Médicos, é muito importante.

Mas, tem uma coisa que eu queria falar para vocês. Vereador, meu Presidente, rapidinho para concluir. Eu queria que a população participasse mais aqui da Casa. Precisamos que participem, porque quando você chega no Parlamento há só os Vereadores discutindo e parece que a população não está preocupada. Precisamos democratizar, que é falar o que a população precisa ouvir dos dois lados. Mas ouvir, na verdade, a gente democratizando a gente fala o que a população entende. Não é falar difícil, é falar o que a população entende. É importante que a gente venha e discuta isso: como nós podemos falar o que a população vai entender.

Obrigado e me desculpe por ter me alongado. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Pelo nosso combinado aqui, agora eu passo a Presidência da Mesa e a condução dessa audiência para o Vereador Hélio Rodrigues.

- Assume a presidência o Sr. Hélio Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Boa tarde, companheiros, companheiras, boa tarde a todos, a todas e a todes.

Vou, talvez, fazer uma parte aqui mais chata da nossa audiência. Nós temos aqui 23 inscritos, dentre eles, alguns virtuais e outros presenciais. Temos 13 presenciais e 10 virtuais, mas nem todos estão aí. Vamos tentar intercalar e correr um pouco com o tempo, porque 13 horas teremos de encerrar a audiência pública. Lembrando que essa não é a única audiência pública temática da nossa Comissão de Saúde, haverá mais quatro audiências públicas nas próximas quartas-feiras, nesse mesmo horário, 11 horas da manhã. Acho que só uma vai para o território. A princípio, vai para Parelheiros, que é com a Vereadora Luana. Mas as outras ocorrerão aqui e daí dará para a gente continuar fazendo o debate, pois acho que não se esgota nessa audiência.

Dessa audiência acho que nós temos que puxar a outra. Então, vou pedir um grau de sistematização, que é difícil para nós. Eu também não consigo fazer isso, para os companheiros fazerem intervenção e deixarem o recado aqui, que queremos deixar nessa audiência pública.

Eu vejo que, *on-line*, já está aí o Lúcio José das Neves, coordenador do SOS Saúde. Você está aí, Lúcio? (Pausa) O Lúcio está? (Pausa) O Lúcio não está. Caíque Roberto Campos, conselheiro gestor da UBS Promorar. Caíque está *online*? Está presencial? (Pausa). Então, faça uso da palavra por três minutos. Faça a intervenção para nós. O Caíque se inscreveu para falar virtualmente, mas está presencial.

O SR. CAÍQUE ROBERTO CAMPOS – Só quero deixar o meu recado, enquanto jovem de 21 anos, conselheiro gestor da UBS Promorar, Supervisão Técnica de Saúde Vila Prudente e Sapopemba. Meu recado é sobre a importância desta Comissão de Saúde do Município de São Paulo. Nós, conselheiros gestores das UBS, que gente possa vir fazer parte dessa Comissão para a gente lutar pelas nossas UBS. O que estão fazendo com as nossas UBS não é brincadeira. Esse sucateamento da Prefeitura de São Paulo é algo que a gente precisa

acabar com isso. E nós, moradores, nós, usuários das UBS, só nós sabemos o que é sermos atendidos com má qualidade dentro do serviço de saúde, que é um direito de todos, todas e todes.

Pretendo participar como conselheiro gestor e deixo meu recado aqui ao Hélio, ao Manoel e a todos os Vereadores: que nós, conselheiros gestores, estaremos com vocês para colocar essa Prefeitura e toda a Secretaria de Saúde para balançar e mostrar que nós viemos para lutar pela saúde do nosso povo.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Caíque, grande militante.

Na ordem: o Jackson está presente? (Pausa) Jackson, já fique no púlpito, porque antes de você começar, quero ver se a Valéria Aparecida Rubio está presente *on-line*. (Pausa). Não está presente.

Então, tem a palavra, Jackson.

O SR. JACKSON NAIM – Boa tarde ou bom dia a todos.

Antes de cumprimentar a Mesa, sou Jackson Naim, loiro, calvo, estou com camisa rosa e listrada – em respeito às pessoas com deficiência -, calça jeans e tênis. Parabéns à Mesa, parabéns ao Hélio e a vocês que chamaram esta audiência pública.

Parabéns imensamente ao gestor de 21 anos de idade que está aqui. A você, da TV Câmara, que está assistindo, temos aproximadamente, pelo que contei, a grosso modo, 120 pessoas, não sei quantos conselheiros.

Sou conselheiro da região de Perus/Anhanguera. Também gostaríamos de agradecer à Sandra Sabino, que fez uma boa fala, mas gostaria que estivessem aqui todas as coordenadorias da Regional Norte 1 e de vocês da zona Leste, para que eles entendessem que os conselhos, o usuário, 50% é a maioria. Nós temos que defender sim os trabalhadores, como a Claudia citou, e isso nós, conselheiros e usuários, não estamos conseguindo. Por quê? Porque o governo não está dando o amparo para a gente.

A Sandra falou de UPAs. Estamos aguardando a UPA, sim, no Anhanguera. Temos

divergências com a Secretaria, temos divergências com Vereadores, temos divergências com a Coordenadoria Regional Norte 1. Ontem tivemos audiência pública na nossa região, Perus/Anhanguera. Quantas pessoas? Quantos munícipes? Muito poucos. Estamos tendo o Participe Mais nas 32 subprefeituras. O PDE está aí, e quem tem que lutar pelo PDE somos nós. Nós que temos forças, nós que somos a população, nós que somos conselheiros.

Também sou do CPM, também sou da UVIS agora. E temos uma parte na nossa região em que a UVIS sofre por falta de equipamento. Muito obrigado a todos, e uma boa audiência pública para vocês. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Jackson.

Chamo o Dimitri, que está presencial. Obrigado, companheiro Tucão, presente. Está aí o Dimitri? Já fica aqui no púlpito.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves, para dar sua saudação a nossa audiência pública.

A SRA. LUANA ALVES – Rapidamente queria agradecer a possibilidade de participar da audiência. Saúdo os Vereadores Hélio Rodrigues, Manoel Del Rio e André Santos, todos os movimentos sociais da Saúde, todas as lideranças, conselheiros e participantes do controle social do SUS.

Eu queria dizer que é muito importante a gente fazer a discussão do Plano Diretor Estratégico quando a gente fala da saúde. Muita gente acha que não têm a ver os temas e têm completamente a ver. A gente sabe que São Paulo ainda tem muito vazio assistencial. Acho que todos os presentes sabem que São Paulo é uma cidade em que a Prefeitura, o Governo, há muito tempo fizeram uma escolha, de fazer a terceirização da gestão da Atenção Básica. Isso é muito grave. Isso fragmenta enormemente o que é a atenção básica na cidade de São Paulo. Em cada região, a gente tem uma OS cuidando, com diferentes práticas, com diferentes fluxos e diferentes salários para os servidores. Isso é muito importante. O médico e o enfermeiro têm diferentes OSs. Mesmo trabalhando na mesma função, ganham diferente, o que cria uma rotatividade gigante dentro. Das UBSs que a gente sabe, uma pesquisa recente da Faculdade

de Saúde Pública mostrou que a média do médico, na UBSs, em São Paulo, hoje é de dez meses. Isso é muito grave. Isso tem a ver em médicos que são de OSs. Então, o que há, de fato, é uma fragilização grande, do ponto de vista, é uma fragmentação grande do ponto de vista da saúde de base territorial, que é especial, a atenção básica. Isso tem a ver quando a gente fala da sociedade e quando a fala de acesso a direitos, na cidade, em especial no bairro e no território das pessoas.

Eu vou ficar aqui um pouco, Vereador, para escutar a população. Já vou terminar a fala e vou dizer enfim que eu gostaria também de pedir para que todos participem de todas as audiências públicas da Comissão de Saúde sobre o plano diretor. A próxima, quando eu estarei, na próxima quarta-feira, vai ser no CEU Parelheiros, às 19 horas. Vai ser um pouquinho longe, mas o bom é que a gente tem a opção de fazer as territoriais. É bom a gente fazer, alternando as audiências públicas da Câmara e nos diferentes territórios. Na próxima semana, no dia 19, vai ser lá, no CEU Parelheiros, para falar enfim de temas também relacionados à saúde, ao direito à habitação e à questão ambiental. Já faço convite aos Vereadores presentes e também para toda a população.

Eu sei que para quem não é da zona Sul o CEU Parelheiros é meio ruim de se chegar, mas quem for eu faço o convite para participar lá. A gente tomou essa opção para também contemplar ali aquela região, porque infelizmente, no plano oficial, no plano oficial de audiências, o plano diretor não estava contemplado ali na região. Então, queria fazer esse convite e vou ficar um pouquinho para escutar as falas da população e dos movimentos sociais da saúde.

Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, nobre Vereadora Luana Alves.

Registro aqui a presença do Vereador Aurélio Nomura, *on-line*.

Tem a palavra o Sr. Dimitri, do movimento popular de saúde da Cidade Ademar e Pedreira.

O SR. DIMITRI – Primeiramente bom dia a todos. Eu queria parabenizar a fala do Vereador Manoel Del Rio, por ter trazido a questão da transversalidade, associação da saúde

com as diversas áreas públicas, seja transporte, segurança alimentar e nutricional. Nós temos que buscar também a segurança nutricional, não só alimentar. Como já foi dito, há a questão ambiental e tantas outras áreas afins com a questão da saúde pública.

Por outro lado, eu vou me permitir fazer algumas inserções a sua proposta, Vereador. Eu diria que a ausência de espaços públicos, na periferia, destacadamente ou fundamentalmente os vazios ou a grandiosa insuficiência de unidades de lazer, de cultura e de esportes, tais como parques, centros culturais e ciclovias, equipamentos esses que cuidam, ou melhor, cuidariam da saúde física e da saúde emocional e mental da população periférica.

Assim, localizar esses equipamentos públicos ou não, para implantação desses equipamentos são determinantes, há melhora na defesa da Saúde Pública na periferia.

Também já propondo: defendo que questões das mudanças climáticas, ou se preferirem, as causas dos extremos climáticos entrem na agenda do Plano Diretor, com o aprimoramento, a priorização do ou de um Plano Municipal de Adaptação, em busca da mitigação dos efeitos climáticos, tais como: geradores de inundação e enchentes que geram doenças e perdas patrimoniais, agravadas por esgoto lançado a céu aberto, pela insuficiência ou não completude do esgotamento sanitário na Capital.

Pensando ainda em mudanças climáticas – enchentes e suas consequências –, cairemos numa outra demanda, em outra necessidade, de fato, que é a da disposição adequada dos resíduos domiciliares no município de São Paulo. Sabemos o que acontece em época das chuvas quanto ao lixo.

E porque trago também – e proponho a inclusão – dessa pauta? Porque a disposição inadequada pela existência de uma lei, que entendo caber a reflexão dos Vereadores, a qual retirou lixeira das calçadas – uma boa medida -, mas que, por outro lado, não foi nem acompanhada, nem monitorada, na sua consecução pela população, por isso, afirmo: ineficiente e ineficaz.

Para finalizar, o lixo não pode ficar na calçada. As pessoas, na periferia, quem mora em residências, elas colocam lixo às 6h ou 7h da manhã, quando vão sair para trabalhar. E se

vier a chuva, vai carregar esse lixo e vai levar para onde todos sabemos que está levando. Portanto, precisa haver uma mudança e também um aperfeiçoamento nessa legislação. Por quê? Quando não é a chuva, são os cachorros que rasgam os sacos de lixo; os ratos que estão se alimentando, na sequência, bem como baratas, escorpiões, lacraias e, conseqüentemente, problemas para a Zoonose, um problema, enfim, de saúde pública.

Então a questão do que precisa estar priorizado, assim como o lazer, esporte, cultura e mudanças climáticas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado.

Pedi para Lourdes Estevão se posicionar, mas deixe-me ver se a Maria Aurilene Alberto dos Santos, Conselheiro do Pleno de São Mateus, se está *on-line*? (Pausa) Caiu. Então vamos lá, Sra. Lourdes, do Sindsep.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Bom dia a todos os companheiros e a todas as companheiras. Também cumprimento a Mesa e parabenizar por essa audiência.

Gostaria de começar falando o seguinte: não dá para compreender por que não temos a gestão aqui. (Palmas) Como é que você tem uma gestão, numa Comissão de Saúde, onde só falou dois minutos? Ela só falou dois minutos.

Temos, hoje, uma saúde - e quero aqui dar boas-vindas a vocês -, mas quero dizer que tipo de saúde temos hoje e a nossa expectativa por essa nova comissão que está sendo formada. Temos uma Atenção Básica desmontada! Desmontaram Covisa! Estamos com a saúde mental toda fragilizada. Temos problemas na imunização. Temos problemas de RH. O nosso RH é rotativo e não cria vínculo com a população!

Os hospitais estão desmontados! Os prontos-socorros estão fechando suas portas! Temos a terceirização dentro dos hospitais e uma fragilização do Sistema Único de Saúde.

Temos o desmonte do controle social que, hoje, tem sido aparelhado. Tenho acompanhado as eleições do Conselho Gestor e vemos como o Governo tenta aparelhar o nosso controle social. Temos o desmonte da mesa de negociações, onde é o espaço para discutir, onde os trabalhadores poderiam fazer as suas reivindicações.

E eu te digo, Hélio, a maioria das reivindicações dos trabalhadores, na mesa de negociação, não é salário, porque o salário a gente discute em outro lugar. (Palmas)

A falta dos trabalhadores, na mesa de negociação, são condições de trabalho, é estrutura para se trabalhar, é instrumento, para que ela possa atender bem a nossa população.

E ainda eu quero terminar. A Prefeitura tem que ter um programa claro, porque nós vivemos a sequela da pandemia, sequela essa vivida pelos trabalhadores e por toda a população. E, até agora, a gente não tem a dimensão dessa sequela e a Prefeitura não tem nenhuma preocupação com isso. Essa é a saúde que essa comissão está encontrando. (Palmas)

E juntos no queremos sim construir, trabalhadores e população, uma saúde de qualidade e um fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Tem que haver concurso público, tem que haver concurso público. Têm que fazer um processo de estatizar a saúde, porque o rabo não pode abanar o cachorro, e quem está mandando hoje, na saúde da cidade de São Paulo, são as organizações sociais. O SUS é nosso, o SUS é nosso, o SUS é nosso, o SUS é nosso, minha gente. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Muito obrigado, Lourdes, pela contribuição. É importante lembrar que, quando os trabalhadores se organizam em vão colocar suas pautas de reivindicação, nem sempre é o salário. Muitas vezes, é a condição de trabalho e a condição de trabalho afeta direto a nossa população. (Palmas)

Parabéns, companheira, grande lutadora.

Tem a palavra a Sra. Raquel Fernandes, coordenadora do Fórum de Saúde. (Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Sérgio Henrique Soares, do Conselho Gestor da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra o Sr. Fabiano de Oliveira Soares, do Sindsep. (Pausa)

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Bom dia a todos.

Eu sou Fabiano, trabalhador da saúde. Também sou dirigente sindical pelo Sindsep. Já fui conselheiro de supervisão técnica de saúde e há alguns anos a gente acompanha a saúde no município de São Paulo.

A gente percebe que, de 2017 para cá, o investimento da saúde mais do que quadruplicou. A gente saiu de quatro bilhões para mais de 18 bilhões, como a gente viu aqui na última audiência pública de prestação de contas, porém a melhora do serviço não acompanhou esse aumento do investimento. Foi o que os companheiros falaram aqui.

Eu atuo na região de Pirituba/Jaraguá/Freguesia/Brasilândia e vejo isso. E a terceirização mata. Escolha o nome que vocês quiserem, se é parceria, se é terceirização. Não importa, mas a terceirização do serviço público mata. Por quê? Porque, com a terceirização, nós não temos garantias no serviço. Nós estamos aí recentemente com a questão das carretas do CIES, e simplesmente pacientes agendados chegaram ao local para serem atendidos e foram devolvidos para suas unidades de origem. Por que isso? Porque houve um impasse entre a Prefeitura e essa entidade. Então, a privatização é sinônimo disso. Ao invés de se investir nos ambulatórios de especificidades que nós temos, que estão com falta de funcionários, que estão com déficit - isso é do conhecimento de todos - a Prefeitura fica encontrando forma de terceirizar serviço, de fazer contrato, de transferir contratos para a iniciativa privada. Isso prejudica.

Como o companheiro passou, aqui, a questão do Anhanguera. Eu conheço o distrito do Anhanguera. Lá, para que vocês tenham noção, comparado ao Jardim Paulista, a taxa do Jardim Paulista é 22% da população idosa. No distrito do Anhanguera é 4%! Ou seja, as pessoas não conseguem envelhecer, porque morrem antes. É isso que a terceirização está levando.

A única unidade que temos de referência no Anhanguera é uma AMA que é terceirizada. Mas a terceirização impede que tenha investimentos da Administração Direta e impede que tenha concurso público.

Nós vimos aqui, nessa Casa, e já falaram que o Governo Federal tem de investir mais na audiência pública de prestação de contas. Todos vimos isso. Mas não é, gente. A questão é investir de forma qualificada. É trazer recurso para serviço que vai ter continuidade, para que

você, ao chegar no serviço um dia, no outro já não vai ter mais. Por isso que a população está morrendo. Porque a terceirização mata e nós percebemos isso em vários aspectos, e vemos em toda essa trajetória das audiências.

Como a companheira falou, a Saúde Mental está totalmente desestruturada. Inaugura-se um CAPS, com uma equipe completa, nós sabemos que a realidade da maioria dos CAPS, das Organizações Sociais, é equipe mínima. Fica um ano, como CAPS de Perus ficou, sem ter psiquiatra. E isso acontece em outros CAPS também: não tem psiquiatra, não tem terapeuta ocupacional, não tem psicólogo. E onde está o dinheiro que deveria ser gasto com esses profissionais?

Mas, daí, nos contratos de gestão, a gente verifica gastos com honorários contábeis, honorários de advogados, gastos com serviços de consultoria. Nós não pagamos Organização Social para fazer consultoria. A gente paga para serviço de saúde. Então, cadê o serviço de saúde dessas entidades? É isso, companheiros. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Fabiano.

Deixe-me ver se está presente a Márcia de Lima Santos Leite, servidora da Assistência Social, perdão, Associação de Participação Social. Está presente? (Pausa) Marcia de Lima Santos Leite. Está. Vai fazer uso da palavra? Não. Está só acompanhando, tá bom. O Guilherme? Já fez uso da palavra, ok.

Sra. Laudiceia, do Sindsep, por favor, pode se aproximar e ficar por aqui. Antes da senhora, só ver se tem alguém *on-line* para verificarmos a participar. (Pausa) Sr. Antonio Curcino, Conselheiro da UBS do Boa Esperança. Está *on-line* ou presencial? (Pausa) Se inscreveu *on-line*. Está conosco, Sr. Curcino? (Pausa) Parece que não.

Então passaremos a palavra para a Sra. Laudiceia Reis, do Sindsep. Três minutos, companheira.

A SRA. LAUDICEIA REIS – Bom dia.

Cumprimento a Mesa e a todos os presentes. Quero dizer que estou muito feliz de ver a população nesse espaço. Essa é a Casa do Povo, mas ela não tem se comportado como

tal, porque dificultou a participação, mas o Vereador que vai lá no bairro prometer as coisas, quando vem aqui, decide coisa diferente daquilo que foi prometido para a população. Então, é aqui que vocês têm de vir para cobrar do Vereador, lá da campanha, as melhorias que eles prometeram. Porque, se não, chega aqui, eles decidem e a população fica vendida. (Palmas)

Sou Laudiceia, sou servidora pública, sou agente de combate a endemias, faço parte do Sistema de Vigilância em Saúde.

Agora, de manhã, estivemos na região Sul, em M´Boi Mirim, onde o Prefeito quis ser o primeiro a instalar as armadilhas do *Aedes*, do combate à dengue.

E é importante dizer que, mais do que fazer propaganda, usando os trabalhadores, deslocando os servidores da região Sul para poder fazer propaganda política – porque é isso que me parece essa ação – é preciso entender que a Vigilância em Saúde está precarizada. Não tem concurso na minha carreira há 14 anos! A Vigilância em Saúde é um dos serviços que ainda não pode ser terceirizado no município. E como é que você fica 14 anos sem fazer concurso público?

Então não tem concurso para agente de endemias, que é aquele servidor que vai jogar veneno na sua para matar o *Aedes*, que vai fazer o controle do rato colocando a pastilhazinha lá no bueiro.

- Manifestação do público.

A SRA. LAUDICEIA REIS – Acabaram com a Sucen que também faz parte do Sistema de Vigilância no nível de estado. Então, a gente percebe o demonstrate das políticas públicas.

É importante dizer que mais do que ficar fazendo propaganda, que está trazendo armadilha de fora não resolve. A armadilha, se você não cuidar dos terrenos que estão abandonados; se você não der condições para que a população tenha moradia digna; se você não resolver o problema aqui, da praça da Sé, onde vivemos uma crise humanitária. Ninguém fala desse problema, que só vai ser resolvido quando estiver perto da eleição. Tem um monte de gente na rua sem perspectiva de vida e, para além da propaganda, a Prefeitura precisa investir

em política pública de verdade, e política pública é concurso público, é trabalhador com vínculo, que pode dizer o que está errado. Trabalhador precarizado não tem voz para dizer que aquilo que a gestão está fazendo é errado, mas o servidor público concursado pode fazer isso. Eu estou aqui falando isso porque eu tenho estabilidade e eu posso dizer o que está errado no serviço público, mas o trabalhador terceirizado não vai fazer isso porque ele não quer perder o emprego; não é porque ele não tem vontade, mas é porque não pode.

É preciso que a população entenda que, quando a gente fala que a terceirização mata, é por isto: porque não há controle, não há fiscalização de verdade sobre o que as OSs fazem no município. A gente tem que parar de aceitar isso, e o SUS tem que servir à população como rege a Constituição.

Eu quero agradecer e dizer que eu estou muito feliz de ver a população ocupando este espaço. Participem das audiências públicas e estejam presentes, porque é aqui que a vida da população é decidida.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Laodiceia. Uma das formas de se desmontar o serviço público é não fazendo concurso público.

Tem a palavra a Sra. Hosana Conti, colaboradora do Conselho Polo Social Cívico da Brasilândia, de forma virtual.

A SRA. HOSANA CONTI – Boa tarde.

Na Brasilândia, que eu saiba, uma das mais pobres da Capital, nós estamos tendo dificuldade com a manutenção do Hospital da Brasilândia em relação a atendimentos, já que faltam médicos de especialidades, como cardiologista.

Nós também temos pedido duas UBS, uma no Jardim Damasceno e outra no Jardim Brasil. Apesar de dizerem que estão para sair, sempre tem algo emperrando, o que precariza muito a saúde dos moradores do bairro. Peço que alguém faça alguma coisa a respeito disso.

Quanto à terceirização, a gente sabe que muitos dos contratos do Hospital Brasilândia são emergenciais. Já se passaram nove meses e há pouco tempo aconteceu uma

licitação, mas até agora eu não sei o resultado, apesar de eu estar participando das reuniões. Ficou de o TCM decidir se vai fazer um contrato por cinco anos e ainda escolher uma direção que não a Ação em Movimento, que já está lá.

Nós tivemos algumas quedas na prestação do serviço de atendimento em fevereiro, e eu espero que melhore, porque a nossa região tem sofrido muitas perdas de vidas por problemas cardíacos; infelizmente, por falta de médico cardiologista. A questão é mesmo de atendimento, que tem sido muito ruim. Nós precisamos não só de teleconsulta, e talvez seja até isso que esteja precarizando o serviço, a chamada quarteirização da saúde, como tem sido caracterizada pelo Ministério Público. Sequer é terceirização mais, porque o pessoal faz a contratação de imediato e nem há como fiscalizar se o serviço está ocorrendo ou não.

Eu estou acompanhando e, segundo o Ministério Público, está acontecendo isto: a quarteirização. A OS que administra o equipamento de saúde terceiriza o serviço para ela mesma, e nós não temos como acompanhar isso. Eu gostaria de saber o que fazer, porque, por um lado, eu entendo que a Administração precisa ser terceirizada para montar a base para prontuário eletrônico, para tudo; está servindo para isso. Infelizmente, em termos de administração, eu tenho que concordar com isto: que seja uma terceirização no sentido de aprimoramento e distribuição do trabalho que tem que ser feito no Brasil inteiro pelo SUS. Mas que seja feito com responsabilidade e que não haja essa fuga de atendimento nas regiões. Espero que não tenha essa fuga, mesmo com todo esse trabalho que a gente tem que fazer que é fazer o prontuário eletrônico. Que cada unidade básica que seja feito com responsabilidade, principalmente, que não atinja a saúde das pessoas.

É isso o que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Hosana.

Companheiro Antônio Fernandes, usuário do SUS, está a postos?

O SR. ANTÔNIO FERNANDES – Bom dia a todos.

Fico pensando toda fala que teve caiu na atenção básica. Mas como é que a gente fala de saúde se a gente não está tendo o básico do básico? Qualquer tratamento de saúde tem

a porta de entrada a unidade básica. Será que alguém sabe, desculpa, com todo respeito aos Vereadores, teria que fazer uma comissão para visitar a situação que estão essas unidades. É uma vergonha e um abandono. As OSs todos os anos levando milhões da Secretaria Municipal de Saúde.

Vou citar um exemplo na região de São Mateus, zona Leste. A região de São Mateus, zona Leste, tem 23 Unidades Básicas de Saúde onde tem a Fundação ABC que administra a saúde na região. Ela leva em média 19 a 20 milhões por mês. Será que alguém tem noção como é que estão essas unidades de saúde? Porque está uma vergonha.

Ontem mesmo estive em uma Unidade de Saúde e AMA de São Mateus que tinham cadeiras quebradas, cadeira de roda quebrada, bancos quebrados, consultórios médicos vendo a hora de cair na cabeça do médico no atendimento. Uma vergonha, um abandono em todas as instâncias. Isso é muito triste quando a gente fala de saúde, se a gente não tem o básico do básico. E isso não é só em São Mateus, mas em toda a cidade está acontecendo esse desmonte, essa vergonha, esse abandono. É uma vergonha o abandono.

Quando você tem um médico na unidade, a maioria são PSF, Programa Saúde da Família, que é um programa do Governo Federal, caríssimo, que não funciona. Onde tem três equipes do PSF tem duas funcionando. Isso sobrecarrega o médico. O médico não fica lá, sem contar que ele não deveria estar no PSF médico plantonista. Está cheio de médico plantonista. O médico plantonista não tem vínculo com a Unidade, não tem compromisso com o paciente. Ele é de passagem pela Unidade. A qualidade do serviço está péssima. Os equipamentos estão uma vergonha, um abandono.

Primeiramente, vou falar em dinheiro. O orçamento da Prefeitura de São Paulo só perde pelo próprio Estado. É muito dinheiro para ter um serviço tão precário como está. É uma política de governo. É uma vergonha, sem contar que, hoje em dia, o paciente do Sistema Único de Saúde da cidade de São Paulo não está sendo assistido pela Atenção Básica, que deveria funcionar. Ele não está sendo assistido pela Atenção Básica e muito menos pela especialidade. É triste, triste. Estão jogando dinheiro no balde de lista, não investiram em nada. Estão

precarizando o serviço, sem contar que a gente não vê uma ação de governo para que essas coisas mudem.

Os empresários da Saúde na cidade de São Paulo são só dinheiro e dinheiro. A porta da Secretaria Municipal de Saúde está aberta para os empresários. Está aberta a qualquer hora. O usuário procura o serviço para fazer uma reunião para reclamar, mas as portas estão fechadas. O serviço na cidade de São Paulo, o maior orçamento da prefeitura do país, é uma vergonha na área da saúde. A área da Saúde está uma vergonha.

Vou fazer uma denúncia também que está acontecendo pela cidade. É interessante que todo mundo preste bem atenção nisso. Na cidade de São Paulo tem 52 mil jogados nas ruas sem nenhuma perspectiva de vida. Jogados na rua. Você sabe o que que a prefeitura está fazendo agora? Alguém sabe me dizer? São Mateus são três distritos: São Rafael, Iguatemi, São Mateus. A Prefeitura alugou um hotel e mandaram... eu entendo que tem que acolher, não discriminar. Entendam muito bem a minha fala. A Prefeitura mandou 250 pessoas da Cracolândia para São Mateus. Lá tem três psiquiatras. Era para ter seis psiquiatras e tem um só. Então, a coisa está muito abandonada.

Vou fazer mais uma denúncia, o colega falou alguma coisa nesse sentido. Para completar, o CIES é um convênio do Estado com a Secretaria Municipal de Saúde. Esse convênio fechou as portas, alguém sabe o que está acontecendo? A Secretaria Municipal de Saúde está mandando os pacientes fazer exame em outros municípios, jogando os pacientes de um lugar para outro. Isso é em toda a cidade, São Mateus está pedindo socorro. É uma vergonha, um abandono em todos os aspectos.

Então, que deixe clara a nossa manifestação. Tínhamos mais colegas para entrar *online*, não conseguiram, mas que tomem providência devido ao descaso e abandono que está a saúde em toda a cidade. Um abandono, uma vergonha, jogando dinheiro na lata do lixo, não está investindo em mais nada, precarizando o serviço, os empresários levando milhões e o usuário desassistido pela atenção básica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, companheiro. Vamos ter de apertar o passo, porque vamos parar às 13h inevitavelmente.

O companheiro Marcos Rubens Ferreira estava *on-line* e levantou a mão. Tem a palavra.

O SR. MARCOS RUBENS FERREIRA – Eu estava em consulta no acesso avançado da UBS, por isso não consegui chegar um pouco mais cedo. Obrigado.

Falando diretamente da Região Episcopal Brasilândia, Pastoral da Saúde, tenho observado alguns vazios assistenciais com promessas de 40 anos de equipamentos de atenção básica. Uma já foi mencionada, o Jardim Brasília, tem uma promessa de um muro em um terreno, a população em volta já levou a placa e a madeira para construir casinha, porque o povo também precisa de casa e nada de construir muro para iniciar no futuro, quem sabe, a UBS Jardim Brasília.

O Jardim Damasceno precisa de uma UBS há 40 anos. O bairro já tem em torno de 50 anos de criação, toda a população infla as UBSs do entorno. Há UBSs atendendo 70 mil usuários, 60 mil usuários, por conta dos bairros que não têm atenção básica em saúde.

O Hospital Municipal da Vila Brasilândia está sendo administrado pela OS Associação Saúde em Movimento, que é de Salvador, Bahia. Venceu o contrato de seis meses, cinco meses, no final do ano, foi aditado o contrato, mais três meses, até março, abril, para licitação. Não houve licitação, porque uma das concorrentes impugnou o processo com questionamentos. A Associação Saúde em Movimento, da Bahia, continua administrando com aditamento, sem aditamento, não se sabe ao certo. E o atendimento é sempre o básico do básico em um Hospital que pode ser terciário em especialidades e nem maternidade ainda tem. Mas já está funcionando depois que passou o período de pico da pandemia.

Região Brasilândia, mais um detalhe, a população em situação de rua, como o colega de São Mateus e do resto da Cidade inteira, está muito atenta por conta de políticas públicas de dispersão da população em situação de rua. Querem trazer a população em situação de rua da região Central ou outras regiões para habitar o prédio desativado da Fundação Casa, ou Febem,

no Bairro de Taipas. É isso. Parabéns pelo trabalho seu e do colega Manoel Del Rio. Um abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Marcos. Tem a palavra a Raquel.

A SRA. RAQUEL PLUT FERNANDES – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Bom dia, Raquel. Vamos lá.

A SRA. RAQUEL PLUT FERNANDES – Eu estava em consulta médica, atrasou, só consegui entrar agora. Meu nome é Raquel, sou do Campo Limpo, zona Sul de São Paulo. Parabéns, primeiro, para os Vereadores, vi aí que está a Dra. Flávia Sandra Sabino.

Vou falar um pouco, rapidamente, sobre a questão da urgência/emergência. Nós estamos com um problema grave, sempre é tudo muito grave. Primeiro, o Hospital do Campo Limpo, continua com uma total superlotação, com 130%, 140%, 150%, não só por causa do número de pacientes, mas a gente tem percebido que o giro de leitos está cada vez pior: pacientes esperando 30 dias para fazer uma cirurgia, morrendo. Nós temos vários casos de óbitos, as próprias famílias estão entrando no Ministério Público, porque é um horror, gente. Realmente, eu não tenho palavras. Nós estamos documentando tudo, mas a impressão que dá é que a quantidade de médicos PJ, quarteirizados, vem piorando a qualidade dos hospitais. Tudo isso será documentado e a gente espera o apoio dos Vereadores.

Também a AMA Capão Redondo, que é 24 horas, histórica na região, está sendo feita de hospital, com oito leitos precários, sem médico para atender exclusivamente emergência, está tendo que deslocar médico da porta para cuidar de pacientes que ficam três, quatro dias, ou até mais, dentro da AMA aguardando uma transferência para um hospital.

Gente, isso é crime. Eu gostaria que a Dra. Sandra Sabino que está presente liberasse, no mínimo, enquanto dura a situação de crise, a contratação de médico e enfermagem para atender esses pacientes que estão internados dentro da AMA.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Raquel.

Tem a palavra o Sr. Flávio.

O SR. FLÁVIO – Boa tarde.

Eu vim falar de um assunto muito específico da minha região. Lá nós temos o Hospital Santa Catarina, conhecido como Santa Marina, onde fica a parte oncológica, e está diminuindo o atendimento de 300 para 208 pessoas; a maternidade será fechada, enfim. A explicação que deram para nós é que há redução de 5% no orçamento dos contratos, que representa R\$ 6 milhões.

Então, faço um apelo a todos aqui, se estiver presente algum paciente oncológico: o hospital diminuindo de 300 para 208 atendimentos, se não tiver hospital para atender essas 92 pessoas, elas vão morrer. Simples, vão morrer.

Por isso, estou vindo apelar a vocês. Eu sou da região do Jabaquara, sou conselheiro de quatro unidades diferentes tanto de hospital, UPA e UBS, e venho apelar a vocês que nos ajudem lá no Jabaquara, que é o menor distrito de São Paulo, para não deixar esse posicionamento concluir, porque o nosso hospital lá atende São Paulo todo. Sendo assim, as vagas vão diminuir.

E vou falar também direcionado à Sra. Sandra, que disse muito rapidamente que está em expansão. Mas que tipo de expansão é essa que está diminuindo o serviço? A população espera ser atendida com o mínimo de dignidade possível. Eu convido todos os Vereadores a visitarem UBSs, hospitais, para vocês verem onde está sendo gasto o dinheiro.

Gostaria que o Vereador André Santos estivesse presente, igual ao Secretário, que eu acho que isso é um desrespeito com a população. Assessoria não é Vereador, obrigado.

Só concluindo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLÁVIO – Concluindo: Vereador, eu gostaria que o senhor nos ajudasse para nós conseguirmos não fechar a parte oncológica, a parte de câncer, do Hospital Santa Marina,

que está sendo administrada pelo Einstein.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Santa Catarina.

O SR. FLÁVIO – Santa Marina.

E eu gostaria, Vereador, para concluir, que o senhor desse uma pegada nos contratos para ver se está sendo seguido o que está sendo proposto, porque a nossa saúde está na UTI.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, companheiro.

Vamos fazer um combinado rapidinho.

Eu quero fazer a defesa de ninguém, não, mas o Vereador e Presidente da Comissão, André Santos, proporcionou que fizéssemos as audiências dessa forma. Ele tinha um compromissou, saiu, mas a Assessoria dele está aqui. E o Vereador tem feito um mandato bastante democrático.

Vamos a um problema rápido, para resolvermos: eu preciso passar a palavra a uma companheira cadeirante, porque, senão, desmoralizamos esta audiência pública.

Vá para o púlpito já, rapidinho.

Sra. Raimunda Pereira Mota, conselheira de saúde do SUS da Sé; Rosemeire Rosa; a Martinha de Almeida; Sônia Barbosa; a Suzicleide Cardoso; a Rosângela.

Vão para o púlpito, façam a fila e vamos mandar brasa.

Esta audiência vai ficar gravada. Se conseguirmos passar o recado, está dado.

Tem a palavra a Sra. Martinha de Almeida, para a sua intervenção.

A SRA. MARTINHA DE ALMEIDA – Eu sou a Martinha, do Conselho Municipal de Saúde, na Comissão de Patologia e Doenças Raras, e também do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.

Eu sei que muito foi solicitado, mas eu tenho uma solicitação muito séria para fazer: que as UBSs tenham pelo menos um consultório com as portas largas, a maca automática, porque eu não tenho como passar para uma maca se ela não for automática. O médico tem que descer para me atender embaixo, porque não tem elevador na unidade. E isso eu falo da Unidade

do Ipiranga, que é a unidade Marasca. Quando faltam fraldas lá, eu tenho que ligar para o assessor, o Dr. Carlos Eugênio, que fez uma reunião com a UBS Marasca e "solicitou" o meu problema. É um absurdo isso.

Eu tenho o contato do Dr. Carlos Eugênio. Mas e quem não tem? E quem não consegue ir para a maca... Eu tenho uma cuidadora, Deus sabe, que tem força para me ajudar. Mas e quem não tem essa cuidadora? É difícil.

Macas automáticas, cadeira para obeso, aparelho de aferição para obeso.

Falta tudo em UBS. Prestem atenção. Vão visitar as UBSs para ver o que falta.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Eu tenho que passar a palavra, conforme o Regimento da Casa, para o Vereador Sansão.

Vereador, deixe que rapidamente eles façam uma fala; e o senhor fala na sequência.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Por favor. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Helio Rodrigues) – Então, vamos lá. Bate bola rapidinho.

A SRA. MARTINHA DE ALMEIDA – Obrigada. Boa tarde a todos; boa tarde à Mesa.

O meu recado é o respeito à fala de todos os companheiros, de todas as regiões da zona Sul e Leste, porém, eu vou falar da região central. A região central está abandonada em relação à saúde – não são só vocês. Eu moro no bairro do Glicério há 35 anos, bem localizada na região central, Praça da Sé. Temos uma UBS que não dá suporte ao pessoal da região central. O único corpo clínico da UBS é de clínicos gerais; tiraram a GO que é a ginecologista, pediatra, atendimento qualificado, digno e humanizado para a população da região central, principalmente, os idosos e as gestantes.

Temos uma AMA que foi inaugurada em 2008; de lá até hoje não foi feita melhoria nenhuma.

Peço aos Vereadores, porque, no plano gestor passado, foi feita uma proposta para colocarem uma UPA na região do Glicério para dar suporte à população, já que o Bruno, antes de falecer, proibiu a nós, munícipes, de usar o único hospital que nos dava suporte na região

central que era o municipal.

Então, hoje, se eu precisar, na AMA, fico quatro horas para ser atendida, Vereadores. Isso é uma falta de respeito; não com a população, mas uma falta de respeito para com quem pede socorro.

Como a companheira falou, o SUS é nosso. Tem OSC que está lá desde a sua inauguração que coordena seis serviços num prédio que é tombado pela Prefeitura. Se ela recebe o repasse para o aluguel do prédio, para onde vai o dinheiro? Então, eu queria, por favor, façam um olhar para a região central, principalmente, região do Glicério, que tenha uma UPA para atender a população, porque toda essa população de rua que vive hoje precarizada também desce para a Sé. Então, for favor, um olhar para a região central, porque eu respeito todas as regiões, mas a região central está abandonada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, companheira.

Rapidinho, vou passar para o Vereador Sansão Pereira; o Vereador Aurélio Nomura não se manifestou. E já tem um compromisso meu e do Vereador Manoel Del Rio de a gente fazer um seminário, no qual se tem mais espaço para apresentar todas essas questões. (Palmas)

O SR. SANSÃO PEREIRA – Não tem uma senhora que quer falar? Pode permitir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Então, tá, porque nós vamos ter que terminar às 13h.

A Sra. Rosemeire.

A SRA. ROSEMEIRE ROSA – Oi, meu nome é Rosemeire Rosa. Sou da UBS Santa Cecília e da supervisão, estou conselheira há pouco tempo. Não tenho experiência nenhuma nessa área, porém, assumi e percebo como é difícil. Antes, lá, era IABAS, que realmente, tirou todo o dinheiro e mandou para o Rio de Janeiro, conseguimos tirá-la; entrou a AFNE, também do Rio de Janeiro; eu não sei o que o Rio de Janeiro vem para cá, mas o que acontece? Também está tendo problema, porque já saiu uma denúncia de que um pastor do Rio de Janeiro está desviando o dinheiro. Então, é complicado.

Outra coisa: nós tivemos, recentemente, uma obra do BID, 2 milhões e 300 para arrumarem a UBS. Só que, gente, pelo amor de Deus, onde estão esses 2 milhões e 300? Eu não entendo, juro. E já está cheio de goteiras, cheio de problemas. Eu tiro fotos e tenho como comprovar, porque sou aquela que fiscalizo mesmo. (Palmas)

Mais uma coisa: a OS também começou a não pagar os funcionários, 13º, falaram que o Fundo de Garantia também não estava sendo. A gente faz reunião, faz reunião, a Vice-Presidente apareceu lá para conversar com a gente: “não, nós vamos regularizar; vamos pagar as multas”, falaram que começou em outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio é daqui a pouco. Falou: “não, até abril, a gente resolve”. Só que tem uns que estão falando que receberam; outros que não; e outros que estão com problema ainda. Em relação a salários diferentes na mesma, por exemplo, duas enfermeiras ganhando diferente. Outra coisa, falta transparência.

Agora recentemente, já passaram cinco gestores lá, porque não para gestor algum, e nós tivemos uma reunião da supervisão e não falaram nada que ele tinha sido mandado embora. Eu fui saber na hora que terminou a reunião e me falaram lá fora. Quer dizer, a supervisão não passa isso para a gente? E eu vou saber pelo pessoal? Ou seja, cadê a transparência com os conselheiros?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Concluindo, companheira, senão as outras duas não vão falar.

A SRA. ROSEMEIRE ROSA – Concluindo. Falando também do idoso. Lá a URSI Sé está dentro da Santa Cecília e está um caos. Fizeram uma obrinha lá, ainda na época do IABAS e chove dentro. Está um caos. Olha, a estrutura, para mim, é insalubre para idoso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado. Desculpa, apertar. Companheira Sônia, vamos lá, senão a Rose não fala.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Vereador Hélio Rodrigues, e todos os meus companheiros do plenário.

É, então, é complicado. Eu sou da UBS Jardim Rincão. Vim falar também de um problema muito específico, porque no geral todo mundo já está falando. Na UBS Jardim Rincão, a gente precisa de água potável para os pacientes que vão no hospital ter como beber água, copos. Tem no segundo andar, mas se quiser tem que bater na porta da gerência para pedir um copo. Não temos água potável. Eu gostaria que os Vereadores ouvissem isso.

Um outro problema muito sério, de onde diabo tiraram essa ideia de que os médicos têm 15min para atendimento? Desde quando nós, pessoas, somos atendidos no atacado? Nós somos o quê? Gado, eu não entendi ainda, para receber a marca e acabou? (Palmas) É 15min para o atendimento para cada médico, além do desrespeito a cada ser humano, isso é um desrespeito ao profissional da saúde, porque é ele quem determina o tempo que ele tem para atender cada pessoa. Ele tem paciente que vai atender em 15 e tem paciente que ele vai ter que atender em meia hora, 20min. Ele não pode ter esse tempo de atacado para atender as pessoas. (Palmas) Eu gostaria também que vissem isso.

A outra coisa é generalista, o nome do médico que atende todo mundo no hospital, para substituir pediatra, ginecologista e tudo. Gente, vocês estão falando em sucateamento da saúde e eu estou falando em sucateamento do ser humano. Nós estamos sendo sucateados e não estamos percebendo. (Palmas) Só quem tem importância são eles, nós não temos importância. E aí, ao invés de levar água, melhorar a saúde, eles estão levando as pessoas, moradores em situação de rua da cracolândia, para a minha região, que é Taipas, Jardim Rincão. É assim que eles resolvem o problema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Concluindo.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Desativaram a FEBEM e levam uma cracolândia. Essa é a saúde que eles implantam para o povo da periferia. E nós temos que dizer “não” e falar como uma companheira que esteve aqui e estava falando: o lugar de nós cobrarmos é aqui. Nós temos que encher esta Casa, reivindicar e exercer o nosso papel de conselheiro, porque até agora querem passar melzinho na chupeta para que a gente se console com qualquer coisa. (Palmas) E não dá.

Então a minha proposta é que os senhores vão até as unidades e fiscalizem. Os profissionais que estão lá são bons. Não estou falando dos profissionais. Eu estou falando do sistema implantado.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado. Eu vou passar a palavra para o nosso Vereador Sansão Pereira fazer uma fala também.

Vamos lá.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito boa tarde. Que Deus ilumine e abençoe todos.

Quero cumprimentar todos os conselheiros, os profissionais da saúde, os sindicatos, movimentos, entidades, associações, institutos presentes nesta audiência pública que tem como pauta o futuro das UBSs, hospitais, da área de saúde como um todo na revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo.

Nós fazemos parte da Comissão de Política Urbana, que está revendo o Plano Diretor, e essas audiências públicas têm o objetivo, o propósito de ouvir, claro, a população, ouvir as necessidades, as dificuldades, os problemas. Colhendo essas informações, poderemos verificar o que pode ser melhor para a cidade de São Paulo, para as pessoas na área da saúde.

Nós estivemos na UBS Brás, inclusive, nós reivindicamos a transferência daquele prédio antigo para um novo. Graças a Deus já foi transformado. Estivemos em Pirituba, no Pró Morar, em São Mateus e em tantos outros lugares. Inclusive, para enviar recursos, ver os problemas e as dificuldades.

Estive no Hospital de Cidade Tiradentes com os conselheiros da saúde porque recebi uma reclamação, conforme poderão constatar nas nossas redes sociais. A reclamação dizia que havia pessoas nos corredores. Estivemos lá e depois nos encaminhamos para a Secretaria de Saúde, onde fomos muito bem recebidos pelo Secretário Adjunto Maurício Serpa.

- Manifestação do público.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Por favor, gostaria que respeitassem a nossa fala.

Fomos muito bem atendidos, ocasião em que ele respondeu às perguntas de todos.

Em 2021, os hospitais estaduais deixaram de atender o pronto socorro devido à pandemia, mas como essa demanda foi para o setor municipal houve um grande acréscimo de atendimentos. Por exemplo, os hospitais de São Mateus, o Guaianases, Itaim Paulista, o Vila Alpina, o Pedreira, o Grajaú, o Santa Marcelina.

Nós estamos agendando uma reunião com o Secretário Estadual de Saúde para que possa haver um equilíbrio porque, por exemplo, a Cidade Tiradentes que faz divisa com diversas outras cidades, como Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba recebe pessoas que são pacientes que se socorrem em São Paulo.

Então temos de ser justos nesse sentido e reconhecer que foram construídas mais 23 UPAs, de pronto atendimento, como a Sra. Sara falou no começo.

Nós somos o autor da lei da telemedicina, sancionada no final do ano passado, que está em andamento na Secretaria de Saúde.

Estamos aqui para contribuir, ajudar, ouvir e acompanhar. Estamos à disposição. Conte com este Vereador Sansão Pereira para ajudar no que for possível.

Estamos vendo que o Prefeito Ricardo Nunes e a Secretaria de Saúde estão se empenhando, mas eu gostaria que entendessem que esta é uma cidade com 12 milhões e meio de pessoas.

- Manifestação do público.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Sim, mas existem planejamentos, há propostas para melhorar. Por isso nós estamos aqui ouvindo vocês. Vejam que nós estamos aqui ouvindo os senhores e as senhoras, exatamente com o objetivo de buscar fazer o melhor.

Estamos à sua inteira disposição. Muito obrigado. Boa tarde. Deus abençoe a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Gente, vamos lá. Nós temos também de escutar a posição do nosso Vereador. É assim a vida. A democracia exige isso. Nós somos democráticos. Vamos lá.

Chamo a Sucicleide, depois a Rose, rapidinho para nós encerrarmos. Já estouramos o horário. Estamos sem transmissão pela TV.

A SRA. SUCICLEIDE – Boa tarde.

Eu queria aproveitar para cobrar da Secretária uma reivindicação nossa sobre a UPA Atualpa lá no Itaim Paulista, porque está tendo problema de árvore. Vai ser embargado futuramente, a gente já está prevendo isso. Foi engenheiro visitar isso e não viu que há problemas lá. Nós estamos trabalhando quanto a isso em processo acelerado. O conselho já fez documentação. Já trabalhamos em cima desses trabalhos. Já fizemos muitas reuniões em cima disso e estamos vendo como é que um engenheiro vai lá, vê as árvores que estão dentro do terreno, faz o processo todo, faz todo o trabalho e vê que a árvore vai atrapalhar a construção da UPA. Ela fala que está em construção, em pleno vapor, sendo que o negócio vai estar assim. Nós, que somos leigos no assunto, estamos vendo que o negócio vai ser embargado. Então, precisamos que os senhores tomem uma providência e deem uma olhada nisso.

Outra coisa: precisamos que olhem para o tamanho das unidades de saúde, pois não atende um cadeirante. As salas são impróprias. Os funcionários ficam amontoados. Temos cinco profissionais trabalhando dentro de um cubículo de quatro por quatro ou dois por dois. Então, temos um terapeuta ocupacional. Isso eu estou falando como paciente. Então, temos um assistente social, um psicólogo, uma nutricionista, e estão todos trabalhando em uma salinha mínima. Precisamos que esse profissional atenda com qualidade a pessoa que vai lá. Como é que eu vou falar de um problema pelo qual estou passando com um psicólogo, com mais cinco profissionais dentro de uma salinha mínima?

Assim, eu tive uma mãe e problema com ela. Tínhamos uma dificuldade enorme para entrar em uma sala para ser atendida, para transportar essa pessoa, para tirar do carro. Não temos facilidade. Às vezes, é só mulher. A pessoa que está à porta não pode ajudar, porque ela é funcionária do patrimônio. Ela não ajuda. Se chega um cadeirante, não temos como fazer isso. Temos de desenvolver a cadeira. Temos de carregar o paciente de dentro do carro. Temos de transportá-lo. Temos de levá-lo à sala do médico, que é apertada, porque tem uma maca que

não mexe. É uma dificuldade imensa.

São dores por que passamos e ninguém vê. Então, precisamos de ajuda, sim. As unidades estão sucateadas, sujas, feias, malcuidadas. Precisamos de profissionais decentes. Os que estão trabalhando lá o são. Contudo, estão sucateados, maltratados. Então, precisamos de ajuda, sim, e precisamos ser bem tratados, não como usuários, mas como pacientes, porque nós não somos usuários. Somos pacientes. Então, precisamos de dignidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, companheira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Pela ordem, tem a palavra o nobre Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Eu quero pedir desculpas. Eu vou precisar sair agora, porque eu faço parte da Comissão de Política Urbana, que é a Comissão responsável pelo Plano Diretor. Então, foi questionado: “Por que é que o senhor não ouve?” Porque nós vamos receber todos esses relatórios. Esses relatórios vão chegar até a nossa Comissão. Ela começou às 13h e são exatamente 13h05. Eu estou atrasado, já. Então, essa é a razão de eu estar me retirando. Não é desrespeito a vocês. Não é isso, porque nós vamos receber o relatório de todas as outras Comissões. As demais Comissões que estão fazendo isso vão mandar o relatório do que foi apurado para nós. Ali, nós vamos, então, avaliar, para poder agregar. Está bom?

Obrigado. Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Obrigado, Vereador. Sra. Rose, é a última fala. Vamos lá.

A SRA. ROSE – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Rose. Sou moradora do Distrito do Jardim Helena, lá, no fundão da Leste. Eu só vim falar três coisas para vocês.

Falta remédio na cidade de São Paulo, em todas as Unidades Básicas de Saúde. Há remédios que, às vezes, para um paciente diabético, são cruciais. Há um remedinho chamado Gliclazida, que não se tem na unidade já há três ou quatro meses.

A segunda coisa: Vereador Hélio Rodrigues, precisamos ver a questão da fila de

regulação da cidade de São Paulo. Tem de se rever isso. Há paciente da Leste tendo vaga em Santo Amaro e Santo Amaro vindo ser atendido na Leste. Isso é uma prioridade.

Outra coisa: estou falando pelos pacientes com câncer. Sabemos que há uma lei que tem de ser prioritária. Isso acabou na cidade de São Paulo. Não existe mais. Então não temos nem o que conversa, pedir para você conversar com o Secretário de Saúde do Estado, não! Temos de conversar com esse Governador que está aí. Esse Tarcísio. Porque a maioria dos atendimentos e encaminhamentos para paciente com câncer é nos hospitais estaduais.

E por último - não sabia - vou atender um pedido do meu amigo ali, pedir a contratação de hepiatras. Eu não sabia que existia isso. Quando a gente passa pelo Conselho Tutelar a gente fica ligado na infância. Hoje o adolescente quando completa 12, 13 anos é atendido pelo clinico geral que não entende o organismo de um adolescente. Então que incluía isso na cidade de São Paulo.

Obrigada.

Boa tarde a todos e viva o SUS! Somos conselheiros tutelares e gestores resistentes, porque esses governos que estão aí, só quiseram derrubar a gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Bom, estouramos o tempo. Não vai dar nem para fazer uma fala de encerramento adequado que nos preparamos para fazer. Ficamos aqui duas horas ouvindo todo mundo. (Pausa)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Estou há vinte dias como Vereador e já participando de um ato tão importante como esse...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Não é o começo da minha trajetória, é uma parte dela. Só queria dizer o seguinte: temos um Regimento da Casa, já estouramos o tempo. Todas as falas que vocês fizeram estão gravadas. Isso será passado para o plano da revisão do Plano Diretor Estratégico. Estava falando com o companheiro Manoel Del Rio, membro da Comissão junto comigo, da Saúde. Nós temos condições de fazer um seminário que

possa dar um diagnóstico mais preciso, que haja mais tempo para especialista falar com a gente, aqueles que querem falar e que a comunidade possa, durante esse seminário - que possa ser de um dia todo - de ouvirmos o usuário. É isso que temos de fazer. Enviaremos uma data para todos os companheiros e companheiras que estão aqui. E havendo um desdobramento dessa discussão de várias questões que vocês colocaram. Todas elas são extremamente importantes. Eu sou de São Mateus, minha mãe trabalhou 35 anos no Posto do Jardim Colonial. Conheço a região. Sei a questão da saúde. Tenho uma irmã que é médica, no Mais Médico em Ferraz de Vasconcelos. Portanto, nesses 20 dias que estou aqui como Vereador a questão da Saúde é prioritária no nosso mandato. Como é prioritário no mandato do Manoel Del Rio, também.

Então vamos fazer esse seminário. Vamos acolher essas discussões que estamos tendo aqui. Vamos aprofundar e faça justiça. Manoel Del Rio assumiu dia 1º fevereiro e vem percorrendo a maioria dos postos e vem trazendo o diagnóstico para nós dos problemas que estão. Vamos aprofundar esse debate. Vamos fazer essa discussão com seriedade, que é a nossa cara do campo de esquerda. Mas, companheirada, temos tempo, limite e aqui tem um relatório que foi falado, que é o relatório de tempo de espera que vamos encaminhar - companheira Flavinha do Sindisep - para contribuição para o Plano Diretor. Tem de estar claro onde as pessoas estão na fila. Quando elas serão atendidas? Quando é que irão passar por cirurgias? Então vamos encaminhar isso...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Rodrigues) – Nós vamos, eu e Manoel Del Rio, a Bancada do PT, vamos discutir essa questão dessa rede de OCIPs e OSs porque estamos com problemas aqui, que não são os trabalhadores que já são terceirizados e precarizados, temos um problema que é o monopólio da mão do setor privado. Isso pode levar a bancarrota a Saúde no Município de São Paulo.

Companheiros muito obrigado a todos. Parabéns pela participação na audiência.

Nada mais havendo a tratar, então, encerrados nossos trabalhos.